

CURRÍCULO E AÇÕES AFIRMATIVAS: perspectivas multiculturais

Theoffillo da Silva Lopes¹

RESUMO: Entendendo que a educação não é neutra, e que, por si só, não tem a capacidade de encarar os problemas sociais existentes sem a tomada de uma posição positiva e afirmativa por parte dos agentes envolvidos na construção do currículo, já que este, por sua vez, tem um caráter político, social e de relações de poder, percebe-se a influência que o mesmo pode ter ou efetuar sobre as políticas e os processos educativos, agindo como reprodutores ou transformadores da realidade. As ações afirmativas para adentro dos muros da educação formal se tornam inviáveis se, em suas dimensões, os processos educacionais não forem estabelecidos em currículos com perspectivas multiculturais. Assim, percebe-se que, as perspectivas curriculares multiculturais trazem para as ações afirmativas, a possibilidade de concretização dos seus objetivos, além do fato de não só legitimar o acesso de minorias de grupos, como também ratificar e favorecer a permanência e o auxílio a tais minorias.

PALAVRAS-CHAVE: Ação Afirmativa; Currículo; Perspectivas multiculturais.

CURRICULUM AND AFFIRMATIVE ACTIONS: multicultural perspectives

ABSTRACT: Education is not neutral and in itself, it does not have the capacity to face the existing social problems without positive and affirmative action from the part of the agents involved in curriculum development. Considering the political and social aspects of the curriculum and that it is embedded in power relations, we notice the influence that it may wield over educational policies and processes, acting as a reproductive or transforming element of reality. Affirmative action, within the scope of formal education, is not viable if, in its dimensions, educational processes are not established through curricula with multicultural perspectives. Thus, we perceive that multicultural curricular perspectives bring to affirmative action the possibility of achieving its aims. It not only legitimates the access of group minorities, but it also ratifies and favors their permanence at school, offering aid to those groups.

KEYWORDS: Affirmative action; curriculum; multicultural perspectives

INTRODUÇÃO

Quando pensamos ou discutimos sobre igualdade, estamos compelidos a levar em consideração um pensamento positivista em que todos são iguais. Para Habermas (1998) isso se trata de um referencial do modernismo político que nos acostumou a tratar igualmente seres desiguais,

¹ Licenciado em Pedagogia (UFPB); Especialista em Educação Ambiental (Educar/FIP); Mestrando em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPB). Pedagogo do Colégio Agrícola "Vidal de Negreiros" – CCHSA/UFPB – Campus III, Bananeiras. theo-lobes@hotmail.com

em vez de tratá-los de modo desigual. Essa idéia de Habermas nos elucida o quanto enganosamente vem sendo tratada a grande diversidade existente no Brasil.

Essa diversidade muitas vezes, seja ela de sexo, raça, cor, orientação sexual, etc., tantas vezes, ou quase sempre, não tem sido contemplada nos estabelecimentos de ensino formal. Dada situação interpõe-se seja por falta de orientação, seja por preconceito, seja por discriminação, ou até mesmo por falta de uma educação direcionada e positiva.

Assim, levando em consideração a necessidade de ações que socializem e insiram nos meios educacionais e sociais grupos de minorias que anteriormente e historicamente têm sido deixados de fora desses processos, surgem as Ações Afirmativas. Para Crosby & Cordova (2000) uma ação afirmativa ocorre sempre que pessoas ou instituições saem de seu caminho (tomam uma ação positiva) para aumentar a probabilidade de igualdade verdadeira entre indivíduos de diferentes categorias.

Para Contins & Sant'Ana (1996) uma ação afirmativa teria como função específica a promoção de oportunidades iguais para pessoas vitimadas por discriminação. Onde seu objetivo seria de fazer com que essas pessoas beneficiadas tenham efetivamente capacidade de competir por serviços educacionais e posições no mercado de trabalho.

Para que se alcance essa capacidade de competição igual entre todos os indivíduos tanto em posições na sociedade, quanto em desempenho e permanência nas escolas, é preciso pensar na construção dos processos e meios cujos quais levarão a essa igualdade. Para isso, torna-se necessária a construção de currículos que enxerguem, considerem e contemplem esses meios para uma sociedade com maior equidade.

No entanto, o currículo não vai ser apenas algo que contém os meios para se alcançar igualdade de oportunidade a todos, com fórmulas pré-estabelecidas. Na verdade, esse currículo também pode ser um campo de reprodução, ou superando a isso, de construção de uma nova realidade.

NOÇÕES SOBRE CURRÍCULO

O currículo geralmente é entendido como uma grade curricular, um documento em papel que contém componentes para serem rigorosamente atendidos para aprovação e finalização de algum curso. No entanto, é importante entender e levar em consideração todo um campo político, ideológico, tenso, histórico, social, cultural e até mesmo econômico no qual se envolve o currículo.

O campo curricular está carregado de intenções, de valores, de conteúdos, de atitudes, de experiências, de conflitos. Para De Rossi (2005), esse campo comporta várias visões de mundo, crenças, afetos e significados, dada a diversidade de atores envolvidos, mas também conflitos de interesse, pondo em pauta assim, o que Freire (1996) colocaria como a questão política da Educação, já que ela não é neutra.

Para Moura e Pereira (2005), nas praticas curriculares, tencionam-se relações de disputa em torno do currículo, que se torna categoria central dos discursos pedagógicos. Ora como espaço privilegiado de transmissão do conhecimento monocultural, incorporado no livro didático. Ora como espaço aberto à diversidade cultural e à produção de conhecimento. Ora como mecanismo técnico, destinado à configuração de competências laborais. Ora assumindo a interdisciplinaridade como pressuposto da politécnica. Ora destituído de teoria e construído pelo discurso. E tantas outras abordagens.

Entendendo a natureza política do currículo e sabendo que o mesmo é um projeto sempre em construção, é importante frisar todas as influencias das quais sofre. O currículo é um objeto

político contextualizado com o processo histórico, social e econômico dos atores envolvidos na sua constante construção. Sendo assim, está sempre ligado a projetos de emancipação, de ascensão, de consolidação e até mesmo de nação.

Assim, as influências do neoliberalismo, da mercantilização e da globalização também chegam ao campo curricular. Carvalho, Pereira e Porto (2009) põem em pauta que essas influências têm estado presentes em grande parte dos sistemas educativos, podendo destacar a expansão quantitativa originada por pressões mundiais ou pelas relações entre países e o mundo global; a escolarização obrigatória; a expansão de um modelo de ensino superior em consonância com o mercado; a adoção de currículos baseados em competências. Carvalho, Pereira e Porto salientam ainda uma tentativa de estabelecimento de currículos únicos, com o propósito de assegurar um maior controle sobre as práticas curriculares, evitando assim descentralização e decisões dissonantes dessas políticas preestabelecidas.

Outra característica da influência da globalização no currículo colocada por Carvalho, Pereira e Porto (2009), está no caráter multicultural das sociedades e da abrangência dessas diversidades. No entanto, não significa dizer que estes estão preocupados em uma valorização dessas diversidades, do pluralismo, mas são sem dúvidas, em sua maioria, a expressão do desejo de controlá-las de fixar a diferença transformando-as no mesmo.

Entretanto, De Rossi (2005) coloca que o campo curricular deve ser uma construção sociopolítica resultante de uma luta com perspectivas, interesses, valores e ideais emancipadores, ou como bem colocaria Freire (1996) um campo onde os atuantes são construtores da sua própria história. Esses ideais de Rossi, também são abordados por Dias, Machado e Nunes (2009), quando afirmam que a Educação enquanto um processo de socialização de culturas, histórica e socialmente produzidas por homens, mulheres e crianças que, simultaneamente, constituem-se e são constituídos num movimento dialético de criação e recriação, de invenção e reinvenção de novas sociabilidades, capazes de desencadear processos de emancipação e de liberdade.

Assim, o currículo para a escola necessária, deve ser pensado em sua polissemia, agregando conteúdos, valores, atitudes, experiências, como um projeto sempre em construção que se concretiza a partir de uma multiplicidade de práticas interdependentes, engendradas na coletividade, nos seus vieses social, cultural, político, ideológico e econômico (Dias, Machado e Nunes, 2009).

CURRÍCULO E AÇÕES AFIRMATIVAS

Para que se alcance um currículo que contenha ações capazes de inserir aqueles que de alguma forma estão fora do processo educacional formal, é necessário pensá-lo de forma multicultural, diversificada. Um currículo que atenda não só as exigências do mercado e as necessidades das sociedades, mas também as reivindicações de pequenos grupos e minorias que labutam pelo seu espaço.

Para Dias, Machado e Nunes (2009) encontramos-nos em meio a uma desconstrução de perspectivas identitárias, vivemos em um panorama em que diferentes grupos reclamam sua representação no espaço societário e se querem representados em diferentes políticas públicas. O currículo assim, se torna num termo polissêmico que encerra uma multiplicidade de significados, articulados a diversas dimensões teóricas, políticas, filosóficas e práticas privilegiadas não só pelo poder público, mas também pela escola, professores, alunos, pais, e pelos estudos e pesquisas produzidos por pesquisadores e docentes nas Universidades, expressões das intenções e perspectivas educativas de diferentes grupos sociais.

Em Moura & Pereira (2005), vemos que esse desafio intercultural se coloca no Brasil a partir da ação dos diferentes movimentos sociais. Neste sentido, os processos de educação popular,

desenvolvidos principalmente a partir dos movimentos populares, têm contribuído significativamente para o reconhecimento e valorização das culturas dos diferentes grupos sociais, identificados como subalternos e excluídos.

Esses termos polissêmicos e o desafio intercultural do currículo são justamente o que vão trazer a capacidade de construção constante de práticas emancipadoras capazes de gerar ações e condições de inserção de minorias.

No entanto, é preciso definir os eixos capazes de fundar esse currículo emancipador. Para Dias, Machado & Nunes (2009), isso parte do compromisso com uma educação crítica e transformadora; uma reflexão crítica sobre a prática; um rigor teórico e metodológico; uma construção coletiva do conhecimento; um foco na aprendizagem e sua relação com o ensinar; critérios flexíveis e, a compreensão do nexo entre saber, identidade e poder.

Porém, apesar de seu caráter flexível, o currículo deve ser pensado como uma realidade, mesmo que em constante elaboração, e como tal, voltada para as grandes questões contemporâneas: identidade, sustentabilidade, meio ambiente, gênero, raça, etnia, sexualidade, multiculturalismo, pluralismo, inclusão, globalização das idéias, volatilidade das informações, saber/poder, entre outras (Dias, Machado, Nunes 2009).

Essas diversidades socioculturais estão articuladas com a formação docente e o currículo, na transformação da sociedade. As diferenças derivadas de dinâmicas sociais variadas que envolvem geração, etnia, classes, gênero, orientação sexual, cultura e religião, entre outras diferenças, demandam para o campo educacional a definição de propostas e práticas culturalmente orientadas que encarem a complexidade das questões políticas e epistemológicas que envolvem as questões teórico praticas dessas diferentes dimensões identitárias.

E, justamente no momento em que o currículo consegue atender a essas demandas e incluí-las como parte integrante da sua formação, é que o mesmo está se tornando multicultural, de forma a estar também praticando ações afirmativas.

PERSPECTIVAS MULTICULTURAIS

Ao compreender a necessidade de perspectivas multiculturais para o currículo, afim de que o mesmo promova ações que favoreçam a inserção de minorias de grupos no processo educacional formal, e, entendendo que a construção desse currículo se dá a partir de atores que devem também ter essa visão multicultural e diversificada, é preciso também que esses atores conheçam e reconheçam tal multiculturalismo e as formas de lidar com o mesmo.

Para poder lidar com todas esse multiculturalismo e diversidade, Moura e Pereira (2005) afirma que implica colocarmo-nos numa atitude de curiosidade, de dialogo, de compreensão e, principalmente, deixarmo-nos interpelar, colocando em causa os nossos próprios padrões de conhecimento para entendermos o outro. Moura e Pereira citam ainda que uma escola ou uma pratica pedagógica – destaca-se aqui o currículo – que se queira dialógica, precisa potencializar essas formas dialógicas e complexas de comunicação. *“Ser democrático não significa apenas deixar o outro falar, mas entender o que ele tem para dizer”* pag. 148.

Para Santos (2004) em sociedades multinacionais e multiculturais, alcançar essa democracia pressupõe propostas e programas de ações afirmativas (cotas e outras medidas também) que devem visar, não só o acesso, como também o acompanhamento. Santos afirma ainda que para que se alcance essa democracia, é necessário uma *Ecologia dos Saberes*, onde se leva em consideração não só o conhecimento produzido nos espaços acadêmicos, mas também, o conhecimento filosófico, o religioso, o senso comum, etc. O que ele mesmo chama de extensão ao contrário, de fora pra dentro, onde são superadas as paredes da academia e há um diálogo de conhecimentos.

Assim, no campo curricular, a perspectiva teórica multicultural traz pistas essenciais aos desafios colocados à educação, à escola, e ao currículo, para superar estereótipos e discriminações baseados em raça, gênero, classe social e identidade cultural. Tudo o que é necessário para elaboração de currículos nos tempos atuais, e os desafios que o mesmo precisa encarar e enfrentar

CONCLUSÕES

Quando entendemos o caráter político, social e de relações de poder do currículo, observamos mais uma vez que a educação não é neutra, e por si só, não tem a capacidade de encarar os problemas sociais existentes, sem a tomada de uma posição positiva e afirmativa por parte dos construtores desse currículo.

As ações afirmativas para quem dos muros dos estabelecimentos de ensino formal, não se tornam viáveis em suas dimensões política e social, se em tais estabelecimentos não forem construídos e constituídos currículos com perspectivas multiculturais.

As perspectivas curriculares multiculturais trazem para as ações afirmativas, a possibilidade de concretização dos seus objetivos, além do fato de não só legitimar o acesso de minorias de grupos, como também ratificar e favorecer a permanência e o auxílio a tais minorias.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, M. E. P. PEREIRA, M. Z. C. & PORTO, R. C. C. (orgs.) Globalização, interculturalidade e currículo na cena escolar. Campina, Sp: Editora Alínea, 2009.

CONTINS, M. & SANT'ANA, L. C. O Movimento negro e a questão da ação afirmativa. Estudos Feministas. IFCS/UFRJ – PPCIS/Uerj. V. 4, n.1, p.209-220, 1996.

CROSBY, F.J. & D.I. CORDOVA. Words worth of wisdom: toward an understanding of affirmative action. In: Sex, race & merit: Debating affirmative action in education and employment. Ann Arbor: F.J. Crosby e C. VandeVeer, Eds. The University of Michigan Press, 2000. p. 13-20.

DE ROSSI, Vera Lúcia. Gestão do Projeto Político Pedagógico: Entre corações e mentes. São Paulo: Moderna, 2005. – (Coleção cotidiano escolar)

DIAS, A. A. MACHADO, C. J. S. & NUNES, M. L. S. (orgs.) Educação, Direitos Humanos e Inclusão: currículo, formação docente e diversidades socioculturais. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. 284p.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

HABERMAS, Jurgen. L'intégration Républicaine. Paris: Fayard, 1998. (Essai de Théorie Politique).

MOURA, A. P. & PEREIRA, M. Z. C. (orgs.) Políticas e práticas curriculares: impasses, tendências e perspectivas. João Pessoa: Idéia. 2005. 150 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção questões da nossa época; v. 120)